

Demonstrações Financeiras

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Realizado por LG Santos Auditores & Associados S/S

Porto Alegre, 26 de março de 2019.

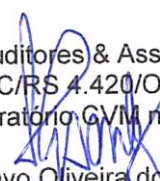
001/2019

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Carris Porto-Alegrense
Porto Alegre/RS

Prezados Senhores:

Apresentamos o relatório dos auditores independentes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, elaborado conforme as Normas Brasileira de Contabilidade NBC TR 2400, NBC TR 2410 E CTRs 01 e 02, e o conjunto das demonstrações desta data, elaboradas conforme a NBC TG 21 (R3). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

LG Santos Auditores & Associados S/S
CRC/RS 4.420/O-0
Ato Declaratório GVIA nº 11.072



Luiz Gustavo Oliveira dos Santos
Contador CRC/RS 39.777/O-5
CNAI nº 461

Companhia Carris Porto-alegrense

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado	13
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A
Administradores e Acionistas do
Companhia Carris Porto-Alegrense
Porto Alegre/RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Carris Porto-Alegrense**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Carris Porto-Alegrense** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Levantamentos físicos de caixa, estoques e dos bens patrimoniais

Fomos contratados pela **Companhia Carris Porto-Alegrense**, após 31 de dezembro de 2018, não acompanhamos os trabalhos de encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018, como levantamentos físicos de caixa, estoques e dos bens patrimoniais; além disto, os exames adicionais desenvolvidos, decorrentes de uma auditoria subsequente sobre transações e os saldos não foram suficientes para assegurar que não houveram efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Imobilizado - Fragilidade nos controles

Não há evidências da realização do Inventário Anual, segundo as práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, Lei nº 4.320/64, e Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Comissão Permanente para Levantamento Patrimonial, Reavaliação, Baixa, Registro, Controle e Supervisão do Patrimônio Público, não foi constituída.

Teste de Impairment — Imobilizado e Intangível

De acordo com a Nota Explicativa nº 2.2.2, a Companhia informa que realizou teste de redução do valor recuperável de ativos somente na conta frota de ônibus, porém não foi demonstrado sob a forma de Laudo Técnico os critérios adotados, conforme §3º. do Artigo 183 da Lei 6.404/76 com redação dada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Não foi evidenciado conforme preceitua NBC TG 01 (R4), o teste de redução ao valor recuperável de ativos descrito na Nota Explicativa nº 3.7 para os demais itens do imobilizado e intangível. E apenas a aplicação do Decreto Municipal 12.422/2018 com a alteração da vida útil.

Não apresentação do Relatório de Administração

Conforme já evidenciado, no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2017, também no exercício encerrado em 31/12/2018 a Administração da Companhia não apresentou o Relatório da Administração, contrariando o Artigo 133 da Lei 6.404/76 sob os aspectos de divulgação, combinado com o item III do artigo 8º. da Lei nº 13.303/2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Chamamos a atenção para o Patrimônio Líquido negativo em 31/12/2018 e 31/12/2017 (reapresentado), nos valores de R\$ 17.501 mil e R\$ 17.297 mil, respectivamente.

A Nota Explicativa nº 01, informa que em 2018, a Companhia possui uma frota operacional de 347 ônibus e detém 22,44% do mercado de transporte de passageiros por ônibus em Porto Alegre. Ocorre que a frota atual de ônibus possui uma idade avançada, e deverá ser renovada obrigatoriamente a curto prazo, e a divisão de mercado de 22,44% é um limitador de crescimento da Companhia, pois é pré-estabelecido pelo órgão fiscalizador (EPTC). Diante deste cenário o único caminho para eficiência será a redução acentuada de custos e despesas, uma vez que depende dos recursos anuais repassados pelo acionista controlador (Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da **Companhia Carris Porto-alegrense**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Companhia Carris Porto-alegrense**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentado nos parágrafos Base para opinião com ressalva, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da **Companhia Carris Porto-Alegrense** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores que emitiram de relatório em 27 de abril de 2018, com opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Conforme já relatado na seção “Base para opinião com ressalva” a Administração da Companhia, de forma reincidente, não apresentou relatório da administração para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tampouco outras informações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2019.

**L. G. SANTOS – AUDITORES & ASSOCIADOS S/S.
CRC/RS 4.420/O-0
Ato Declaratório CVM 11.072**



**Luiz Gustavo Oliveira dos Santos.
Contador CRC/RS 039.777/O-5 – CNAI 461**

Balanço Patrimonial

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018

Companhia Carris Porto-Alegrense
 Balanço patrimonial
 em 31 de dezembro de 2018
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE (CNP.J.: 92.675.255/0001-72)

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	31/12/2018		31/12/2017		Notas	31/12/2018		31/12/2017	
		31/12/2018	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado		31/12/2018	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado
Circulante		10.269	15.078	Circulante		54.433	63.215			
Disponibilidades		4.551	10.306	Fornecedores	3.10	6.656	6.104			
Caixas e equivalentes de caixa	3.3	4.551	10.306	Empréstimos e financiamentos	3.11	5.008	13.418			
Direitos Realizáveis		5.718	4.772	(-) Encargos financeiros a apropriar		(741)	(1.426)			
Devedores - atividades de transporte		275	117	Obrigações sociais e trabalhistas	3.13	5.839	4.256			
Ônibus mantido para venda	3.8	102	-	Obrigações tributárias	3.14	397	180			
Adiantamentos		458	382	Antecipação receita de transporte	3.17	11.874	11.583			
Tributos a recuperar		119	820	Credores - atividades de transporte	3.15	14.623	19.257			
Estoques	3.4	4.764	3.453	Provisões trabalhistas	3.13	10.777	9.843			
Não Circulante		67.678	73.914	Não Circulante		41.015	43.074			
Realizável a Longo Prazo		4.421	3.127	Empréstimos e financiamentos	3.11	11.504	15.962			
Partes relacionadas - PMPA		884	884	(-) Encargos financeiros a apropriar		(944)	(1.682)			
(-) Provisão para liquidação duvidosa		(578)	(578)	Contribuições sociais parceladas	3.15	5.544	7.398			
Depósitos judiciais	3.5	3.825	2.534	Credores - atividades de transporte	3.15	3.605	575			
Valores a recuperar		290	287	Tributos a homologar		237	237			
Bens mantidos para venda	3.8	-	377	Tributos diferidos		3.074	3.074			
Veículos de passageiros		-	377	Provisões judiciais	3.16	17.995	17.510			
Investimentos		2	2							
Outros investimentos		2	2							
Imobilizado				Patrimônio Líquido		(17.501)	(17.297)			
Imóveis de uso próprio	3.9	63.236	70.384	Capital social	3.18	283.719	264.719			
Bens móveis		13.493	13.689	Reserva de reavaliação patrimonial		5.968	5.968			
Veículos de passageiros		7.586	8.140	Prejuízos acumulados		(307.188)	(287.984)			
Outras imobilizações		39.544	45.976							
Intangível		2.613	2.579							
Outros intangíveis	3.9	19	24							
TOTAL DO ATIVO		77.947	88.992	TOTAL DO PASSIVO		77.947	88.992			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018



COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE (CNPJ.: 92.675.255/0001-72)			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.			
(Em milhares de Reais)			
	Notas	2018	2017
(+) Receita bruta das vendas	3.19	163.924	153.541
(-) Tributos Sobre Vendas		(3.291)	(3.089)
(=) Receita líquida de vendas		160.633	150.452
(-) Custo dos serviços prestados	3.20	(148.735)	(158.688)
(=) Lucro bruto		11.898	(8.236)
(-) Administrativas	3.20	(26.923)	(25.002)
(+) Ganhos de capital no imobilizado		(313)	(723)
(+) Venda de bens patrimoniais		120	60
(-) Custo dos bens baixados		(433)	(783)
(+) Outras receitas e desp das operações continuadas	3.21	(2.423)	(6.336)
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(17.761)	(40.297)
(-) Resultado financeiro líquido	3.22	(1.443)	(2.890)
(+) Receitas financeiras		816	1.504
(-) Despesas financeiras		(2.259)	(4.394)
(=) Resultado líquido do exercício		(19.204)	(43.187)
(/) Quantidade de ações	3.18	860.700	803.124
(=) Resultado líquido por ação (em reais)		(22,31)	(53,77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018



Companhia Carris Porto-Alegrense
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE (CNPJ.: 92.675.255/0001-72)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMP L E RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

(Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas de reaval. patrimonial	Prejuízos acumulados	PL total	Dem. resultado abrangente
Saldos em 31/12/2016		220.719	(4.784)	5.968	(233.627)	(11.724)	(74.108)
Aumento e Integralização de capital social		44.000	4.784	-	-	48.784	-
Ajustes exercício anterior		-	-	-	(347)	(347)	(347)
Resultado do exercício		-	-	-	(43.187)	(43.187)	(43.187)
Saldos em 31/12/2017		264.719	-	5.968	(277.161)	(6.474)	(43.534)
Aumento e Integralização de capital social	3.18	19.000	-	-	-	19.000	-
Ajustes exercício anterior	3.24	-	-	-	(10.823)	(10.823)	(10.823)
Resultado do exercício		-	-	-	(19.204)	(19.204)	(19.204)
Saldos em 31/12/2018		283.719	-	5.968	(307.188)	(17.501)	(30.027)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018



COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE (CNPJ.: 92.675.255/0001-72)		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (Método Indireto)		
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.		
(Em milhares de Reais)	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(19.204)	(43.187)
Ajustes exercício anterior	(10.823)	(347)
Ajustes do resultado do exercício	16.012	16.016
Depreciações (i)	15.699	15.293
Ganhos ou perdas de capital no imobilizado	313	723
Variações das contas de ativo e passivo operacional	1.629	4.804
Devedores atividades do transporte	(260)	316
Adiantamentos	(76)	(33)
Tributos a recuperar	701	1.238
Estoques	(1.311)	(275)
Depósitos judiciais (ii)	2.613	(970)
Valores a recuperar	(3)	(3)
Ativo não circulante mantido para venda	377	(335)
Fornecedores	552	(1.934)
Obrigações sociais e trabalhistas	(271)	2.755
Obrigações tributárias	217	(241)
Antecipação receita transporte	291	(1.356)
Outros Credores	(5.651)	6.915
Provisões trabalhista de férias	934	(5.093)
Credores atividade de transporte (iii)	3.030	145
Obrigações provisionadas	486	3.675
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	(12.386)	(22.714)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento na venda de ativo imobilizado	120	60
Pagamento aquisição de bens permanentes	(1.044)	(109)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(924)	(49)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos bancários	(11.445)	(17.782)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.000	48.783
(=) Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	7.555	31.001
Variação do caixa e equivalente de caixa	(5.755)	8.238
Caixa equivalente início do exercício	10.306	2.068
Caixa equivalente final do exercício	4.551	10.306
(=) Variação das contas caixa/bancos e equivalentes	(5.755)	8.238

(i) inclui o ajuste na depreciação de exercícios anteriores conforme Nota Explicativa 3.24

(ii) inclui o ajuste de R\$ 3.904 referente a depósitos judiciais conforme Nota Explicativa 3.24

(iii) inclui o ajuste de R\$ 1.017 referente recuperação de créditos conforme Nota Explicativa 3.24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018



COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE (CNPJ.: 92.675.255/0001-72)				
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA				
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.				
(Em milhares de Reais)				
	2018	% AV	2017	% AV
(+) Receitas	165.223		154.249	
(+) Vendas de passagens	162.714		152.309	
(+) Outras vendas da continuidade	2.509		1.940	
(-) Insumos e despesas adquiridos de terceiros	(66.496)		(64.316)	
(-) Mercadorias consumidas no processo dos serviços	(52.408)		(44.515)	
(-) Outros custos de produtos e serviços vendidos	(3.375)		(3.079)	
(-) Custos e despesas com energia, serviços e outros	(10.400)		(15.999)	
(-) Perda na realização de ativos	(313)		(723)	
(=) Valor adicionado bruto	98.727		89.933	
(-) Retenções	(8.037)		(14.959)	
(-) Depreciação e amortização	(8.037)		(14.959)	
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	90.690		74.974	
(+) Valor adicionado recebido em transferência	817		1.504	
(+) Receitas financeiras e var monet ativas	817		1.504	
(=) Valor adicionado total a distribuir	91.507	100,00	76.478	100,00
(-) Distribuição do valor adicionado	(91.507)	-100,00	(76.478)	-100,00
(-) Pessoal	(95.924)	104,83	(98.537)	128,84
(-) Remuneração direta	(72.508)	79,24	(73.978)	96,73
(-) Benefícios	(17.894)	19,55	(18.697)	24,45
(-) Fgts	(5.522)	6,03	(5.862)	7,66
(-) Impostos, taxas e contribuições	(12.528)	13,69	(16.734)	21,88
(-) Federais	(7.266)	7,94	(11.304)	14,78
(-) Estaduais	(370)	0,40	(473)	0,62
(-) Municipais	(4.892)	5,35	(4.957)	6,48
(-) Remuneração de capitais de terceiros	(2.259)	2,47	(4.394)	5,75
(-) Juros	(2.259)	2,47	(4.394)	5,75
(+) Remuneração de capitais próprios	19.204	-20,99	43.187	-56,47
(=) Resultado do exercício	19.204	-20,99	43.187	-56,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Companhia Carris Porto-Alegrense

Em 31 de dezembro de 2018



1. Contexto Operacional

A **Companhia Carris Porto-Alegrense**, sociedade de economia mista sob o controle acionário do Município de Porto Alegre, foi fundada em 19/06/1872. Seu objeto principal é a prestação de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, especificamente, da Bacia Pública de Porto Alegre, linhas de ônibus que são de responsabilidade, única e exclusivamente, do Município, tendo sido tal serviço delegado pelo Decreto nº 8.852, de 25/12/1986.

Possui uma frota operacional de 347 ônibus e detém 22,44% do mercado de transporte de passageiros por ônibus de Porto Alegre.

Em 2017, a nova direção da companhia implantou um plano de gestão, incluindo o desenvolvimento e implementação de um plano orçamentário para o exercício de 2018 visando a recuperação e o reequilíbrio econômico financeiro da companhia, interrompendo a sequência de aumento dos resultados negativos dos últimos anos e reduzindo a necessidade de aportes dos acionistas.

2. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

2.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

2.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são apresentadas a seguir:

2.2.1 Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas judiciais cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.2 Redução do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar indicadores de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 25 de março de 2019 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 e alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, pelas normas contábeis emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.1 Moeda Funcional

A Companhia Carris Porto-Alegrense utiliza em suas transações correntes a moeda vigente em circulação “Real”.

3.2 Classificação e reconhecimento de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros deles provenientes fluirão para a Companhia e seus custos ou valores puderem ser determinados em bases confiáveis. Quando for improvável a geração de benefícios econômicos uma despesa é reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Caixa	2018	2017
Caixa e Bancos	373	1.336

Equivalentes de Caixa				Taxa a.a. (%)	
Banco	Modalidade	2018	2017	2018	2017
Banco do Brasil	BB Renda Fixa LP 100	2.193	8.600	2,4744%	5,9244%
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Ideal RF LP	1.228	260	4,7650%	8,5190%
Caixa Econômica Federal	Poupança	14	14	6,1678%	6,9990%
Banrisul	CDB Automático Mensal	743	96	(i)	(i)

Total Caixa e Equivalentes de Caixa	4.551	10.306
-------------------------------------	-------	--------

(i) Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados (automático) sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação até o limite de 103% do DI.

3.4 Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem o seu valor recuperável. O custo de aquisição abrange o preço de compra, tributos não recuperáveis, transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos de descontos comerciais e abatimentos.



Estoques	2018	2017
Peças e acessórios	4.059	2.920
Combustíveis e lubrificantes	354	244
Outros estoques	351	289
Total	4.764	3.453

3.5 Depósitos judiciais

Contabilizados os valores dos depósitos correspondentes aos processos judiciais nas áreas trabalhista e cível, em tramitação na justiça. No exercício de 2018 foi excluído do saldo desse grupo o montante de R\$ 3.904, lançado como ajustes de exercício anteriores, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3.24, sendo R\$ 3.104 referente a depósitos de anos anteriores não confirmados pelas instituições bancárias e R\$ 800 referente a correção monetária em função de prática adotada pela Companhia até 2017.

Depósitos Judiciais	2018	2017
Trabalhistas	3.677	4.699
Cíveis	148	1.739
Total	3.825	6.438

3.6 Ajuste ao valor presente

O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis estabeleceu que os ativos e passivos devem ser ajustados pelo seu valor presente. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Companhia não são passíveis de ajuste a valor presente.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração efetuou análise sobre a capacidade de recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, com o objetivo de identificar a existência de ativos que possam ter sofrido desvalorizações significativas. O resultado dessa análise revela que inexistem situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por venda ou por uso.

3.8 Bens mantidos para venda

Contabilizados os valores dos ônibus retirados da frota operacional, em sua maioria, com dez anos ou mais de vida útil, mensurados pelo valor contábil, o qual é menor do que o valor justo menos as despesas de venda. O saldo foi transferido do Patrimônio (Ativo Não Circulante) para Direitos Realizáveis (Ativo Circulante).

3.9 Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição e/ou formação, deduzidos das depreciações/amortizações acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação federal e municipal e que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A empresa adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica de seus bens no ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

No exercício de 2010 a Companhia deu início à utilização de um mecanismo intitulado como “trava de depreciação”, no cálculo das depreciações da conta Ônibus. A trava foi estipulada em 10% do valor dos bens que compõe a referida conta, o que representava o valor residual estimado do ativo aplicado na operação, após finalizada sua vida útil. Isso significa que 90% do saldo da conta se constituiu na base de cálculo da depreciação. A utilização desse mecanismo estendeu-se até 2013 e o impacto de sua adoção foi de R\$ 7.936, sendo o valor residual de cada bem reconhecido



como custo no momento de sua respectiva baixa do imobilizado. No exercício de 2018 a Companhia efetuou a baixa destes valores, totalizando R\$ 7.936, registrado em ajuste de exercícios anteriores, conforme nota explicativa 3.24. Além disso, conforme demonstra na nota 3.9.1 – Mudanças na Estimativa Contábil, foram alteradas as taxas anuais de depreciação de Ônibus 12 anos – de 10% para 8,33%, e de ônibus 13 anos – de 10% para 7,69% de forma prospectiva.

A conta Terrenos foi registrada pelo valor justo com base em laudo de avaliação subscrito por avaliador qualificado profissionalmente. O efeito da mais valia, no total de R\$ 9.042, foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido da empresa, no exercício de 2010. Os tributos incidentes sobre a mais valia perfazem o montante de R\$ 3.074.

Contas Imobilizado	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	-	11.290	-	-	-	11.290
Prédios	4%	5.766	2	-	-	5.768
Instalações	10%	596	-	(4)	-	592
Ônibus	10%	155.071	-	-	(155.071)	-
Ônibus 12 Anos	8,33%	-	135.159	(1.660)	(21.864)	111.635
Ônibus 13 Anos	7,69%	-	19.912	(11.075)	33.915	42.752
Veículos auxiliares	20%	550	-	(19)	-	531
Maq. e equipamentos	10%	1.303	90	-	-	1.393
Equip. administrativos	10% e 20%	11.334	-	(125)	-	11.209
Imobiliz. em andamento	-	2.097	10	-	-	2.107
Sub-total		188.007	155.173	(12.883)	(143.020)	187.277
(-) Depreciações		(109.687)	-	(14.354)	-	(124.041)
Total		78.320	155.173	(27.237)	(143.020)	63.236

Contas Intangível	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2018
Software	20%	412	-	(31)	-	381
Marcas e patentes	-	4	-	-	-	4
Sub-total		416	-	(31)	-	385
(-) Amortização acumulada		(392)	26	-	-	(366)
Total		24	26	(31)	-	19

3.9.1 Imobilizado e intangível – Mudança na Estimativa Contábil

A partir do início do exercício de 2018 a Companhia alterou a estimativa contábil de vida útil de ativos depreciáveis classificados na conta ônibus, em consonância ao Decreto Municipal 12.422, de 14 de Junho de 2018, o qual alterou a vida útil para a execução do serviço público de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre, segundo os seguintes critérios:

I - para os veículos das categorias leve, pesada e trucada, a vida útil máxima fica estabelecida em 12 (doze) anos (ônibus normais);

II - para os veículos da categoria especial, a vida útil fica estabelecida em 13 (treze) anos (ônibus articulados);

O reconhecimento dos efeitos desta alteração na estimativa contábil foi prospectivo, isso significa que foi aplicada a partir da data da mudança na estimativa. A mudança nesta estimativa contábil afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente desses ativos.

O efeito da mudança relacionada com o exercício de 2018 representou uma redução no montante de R\$ 542 (quinhentos e quarenta e dois mil reais) mensais na despesa com depreciação da Companhia. Abaixo quadro com a estimativa mensal de redução na despesa com depreciação da Companhia para os próximos 5 (cinco) exercícios sociais subsequentes em decorrência dessa mudança de estimativa:

Exercício	Estimativa em milhares R\$
2019	542
2020	542
2021	567
2022	636
2023	800



3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades fim da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes. São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício.

Fornecedor	2018	2017
Ipiranga produtos de petroleo S/A	3.381	3.724
Green Card S/A	950	1.101
Dipesul Veiculos LTDA.	316	168
Orbid S/A	233	114
Pacaembu LTDA.	170	28
Demais fornecedores	1.606	969
Total	6.656	6.104

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, e a seguir passam a ser mensurados pelo custo amortizável, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, incorridos até as datas dos balanços. Correspondem a financiamentos para renovação de frota ou capital de giro, todos com garantia de caução de duplicatas, avais e alienação fiduciária.

Banco	Juros %a.a	Saldo em 31/12/2018				Saldo em 31/12/2017				Vcto.
		Curto prazo		Longo Prazo		Curto prazo		Longo Prazo		
		Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Banco Moneo	7%	-	-	-	-	52	-	-	-	jan/18
Banco Moneo	7% + TJLP	-	-	-	-	14	-	-	-	jan/18
Banco Moneo	6%	94	(14)	215	(15)	99	(19)	310	(29)	jun/22
Banco do Brasil	7%	-	-	-	-	736	(12)	-	-	mai/18
Banco do Brasil	7% + TJLP	-	-	-	-	156	(5)	-	-	mai/18
Banco Mercedes Bens	10%	-	-	-	-	149	(2)	-	-	jan/18
Banco Mercedes Bens	5,50%	-	-	-	-	108	(2)	-	-	ago/18
Banco do Brasil	10%	179	(11)	-	-	157	(24)	177	(11)	mar/20
Banco Volvo	2,50%	147	-	-	-	1.942	(29)	-	-	jan/19
Banco CEF Capital de Giro 2013	100% CDI + 3,66%	403	(3)	-	-	5.610	(410)	-	-	jan/19
Banco Volvo	6%	2.503	(420)	6.610	(533)	2.629	(546)	9.113	(953)	nov/22
Banco Volvo	6%	1.682	(293)	4.679	(396)	1.766	(377)	6.362	(689)	jan/23
Total		5.008	(741)	11.504	(944)	13.418	(1.426)	15.962	(1.682)	

3.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia Carris Porto-Alegrense está obrigada à tributação pelo Lucro Real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes. No exercício de 2018 não se apurou base de cálculo positiva para constituição de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.13 Obrigações sociais e trabalhistas e Provisões Trabalhistas

3.13.1 Obrigações sociais e trabalhistas

As contas a pagar com obrigações sociais e trabalhistas são obrigações com encargos sociais e folha de pagamentos classificadas como passivos circulantes. O aumento no saldo na conta Obrigações com Pessoal deve-se a mudança na data de pagamento da folha dos funcionários que passou a ser realizada no quinto dia útil do mês subsequente.



Obrigações sociais e trabalhistas	2018	2017
Obrigações sociais	3.902	4.067
Obrigações com pessoal	1.936	189
Total	5.839	4.256

3.13.2 Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas referem-se as provisões de férias e os respectivos encargos calculados até a data de encerramento do exercício.

Provisões Trabalhistas	2018	2017
Provisão de Férias	9.034	8.045
Provisão de Encargos s/Férias	1.743	1.798
Total	10.777	9.843

3.14 Obrigações tributárias

As contas a pagar com tributos são obrigações oriundas das atividades operacionais da Companhia, além de parcelamentos de dívidas com a Receita Federal do Brasil.

Obrigações tributárias	2018	2017
IRRF	257	144
CSLL e IRPJ diferidos	26	26
ISSQN	10	5
PIS	1	1
COFINS	4	3
Parcelamento multa SMAM	97	-
Outros tributos	3	2
Total	397	180

3.15 Outros credores

Os saldos desse grupo decorrem principalmente das transações com a Câmara de Compensação Tarifária – CCT pelo ajuste anual de quilometragem e também do repasse da taxa de gerenciamento do sistema para a EPTC. Além disso, o repasse de outros convênios também formam a composição demonstrada no quadro a seguir:

Outros Credores	Saldo em 31/12/2018		Saldo em 31/12/2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CCT - Ajuste de quilometragem 2018	3.710	-	-	-
CCT - Ajuste de quilometragem 2017	6.320	-	7.020	-
CCT - Ajuste de quilometragem 2016	-	-	4.182	-
EPTC - Taxa de gerenciamento	3.354	2.948	7.124	-
Outras contas a pagar	1.239	657	1.948	575
Total	14.623	3.605	20.274	575

3.16 Provisões judiciais

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis, que são provisionados considerando a opinião de advogados internos e externos, a natureza das ações, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25 (IAS37).



As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício.

Tais provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável e calculado pelo valor justo dos gastos esperados para liquidação da obrigação.

Natureza	2018	2017
Cíveis (i)	6.233	5.485
Trabalhistas (ii)	11.287	11.547
Administrativo	475	478
Total	17.995	17.510

- (i) As provisões para demandas judiciais cíveis são, basicamente, onde a Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica.
- (ii) As provisões para demandas judiciais trabalhistas são, basicamente, de processos de ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas. Sua variação é decorrente da atualização da fase processual e das estimativas quanto as classificações de risco, adotados pelos assessores jurídicos da entidade, que são revistas periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis somam R\$ 16.691 e R\$ 17.182, respectivamente, não registradas no balanço, como segue:

Natureza	2018		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cíveis (i)	118	6.790	63	6.721
Trabalhistas (ii)	160	9.899	176	9.941
Administrativo	1	2	2	520
Total	279	16.691	241	17.182

3.17 Antecipação da Receita de Transporte

As contas de antecipação da receita de transporte são obrigações oriundas das vendas antecipadas de Vale-Transporte, Passagens Escolares e Passes Antecipados, classificadas como passivos circulantes. O reconhecimento da receita ocorre na data da efetiva prestação de serviço de transporte ao usuário titular desses créditos, não havendo desembolso para restituição desses valores. Essa informação é repassada a Companhia através do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Antecipação receita de transporte	2018	2017
Antecipação receita vale transporte	11.701	11.455
Antecipação receita passagem escolar	580	530
ATP - PA eletrônico	-407	-402
Total	11.874	11.583

3.18 Capital Social

O Capital Autorizado é de R\$ 300.000, divididos em 893.500 de ações ordinárias nominativas e 5.000 de ações preferências nominativas, sem valor nominal, já contemplados os efeitos do grupamento de ações autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25/04/2016.



O aumento de capital social no exercício de 2018 foi de R\$ 19.000, sendo que o Capital Social Subscrito e Integralizado passou a ser de R\$ 283.719, divididos em 860.064 ações ordinárias e 636 ações preferenciais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE Em 31 de Dezembro de 2018			
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO (Em milhares de Reais)
AÇÕES ON			
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	860.057	99,91006	283.507
Outros acionistas	7	0,00098	2
TOTAL AÇÕES ON	860.064	99,91104	283.509
AÇÕES PN			
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	636	0,08896	210
TOTAL GERAL (ON + PN)	860.700	100	283.719

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE Em 31 de Dezembro de 2017			
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO NO (Em milhares de Reais)
AÇÕES ON			
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	802.481	99,91006	264.507
Outros acionistas	7	0,00098	2
TOTAL AÇÕES ON	802.488	99,91104	264.509
AÇÕES PN			
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	636,00	0,08896	210
TOTAL GERAL (ON + PN)	803.124	100,00	264.719

3.19 Reconhecimento das receitas brutas de vendas

O reconhecimento da receita ocorre em conformidade com o Sistema de Bilhetagem Eletrônico, através das informações e repasses da ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre, dados recebidos da EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação e também do numerário recebido diretamente dos usuários nos coletivos por ocasião da prestação do serviço.

A receita também limita-se ao percentual de mercado da Companhia, de 22,44%, sendo que os ajustes e transferências para mais ou para menos são efetuados semanalmente junto à representante das empresas privadas.

Receitas	2018	2017
Transportes passageiros	165.937	153.590
Outras receitas	1.210	1.232
Transferências CCT receitas (i)	(3.223)	(1.281)
Total	163.924	153.541

(i) Compensação da receita e repasse para CCT (Câmara de Compensação Tarifária), para equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte público.

3.20 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas

Os custos e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas, sendo que são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado quando um gasto não produz benefícios econômicos futuros ou quando e na extensão em que os benefícios econômicos futuros não se qualificam, ou deixam de se qualificar, para reconhecimento no balanço patrimonial como um ativo.



Custos dos serviços prestados	2018	2017
Salários, encargos e benefícios	(85.559)	(92.081)
Materiais, serviços e outros	(55.091)	(51.566)
Depreciação e amortização fiscal	(7.794)	(14.706)
Tributárias	(291)	(335)
Total	(148.735)	(158.688)

Despesas Administrativas	2018	2017
Salários, encargos e benefícios	(14.290)	(14.523)
Materiais, serviços e outros	(6.888)	(5.909)
Depreciação e amortização fiscal	(243)	(253)
Tributárias	(5.016)	(5.242)
Provisão perdas depósitos judiciais e fiscais	(486)	925
Total	(26.923)	(25.002)

3.21 Outras receitas e despesas das operações continuadas

Outras Receitas correspondem principalmente à recuperações de custos e despesas com a linha de turismo, cedência de pessoal e ônibus para secretarias municipais e venda de sucata.

Outras Receitas	2018	2017
Recuperação de custos ônibus turismo	275	303
Recuperação de custos e despesas	662	171
Venda de Sucata	346	157
Demais Receitas	17	77
Total	1.300	708

Outras Despesas correspondem principalmente aos custos de repasse à CCT – Câmara de Compensação Tarifária para equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte público.

Outras Despesas	2018	2017
CCT - Ajuste de Quilometragem (km)	(3.710)	(7.020)
Demais Despesas	(13)	(24)
Total	(3.723)	(7.044)

3.22 Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas financeiras correspondem principalmente a multas aplicadas sob os contratos licitados com fornecedores e descontos obtidos nas operações mercantis.



Receitas Financeiras	2018	2017
Multas ativas	85	499
Descontos obtidos	337	330
Variação monetária PER/DCOMP	0	294
Outras variações monetárias ativas	2	237
Rendimentos sobre aplicações financeiras	390	142
Juros Ativos	2	2
Total	816	1.504

As despesas financeiras correspondem principalmente aos juros e encargos com empréstimos, financiamentos e impostos parcelados.

Despesas Financeiras	2018	2017
Juros de empréstimos e financiamentos	(1.314)	(3.117)
Juros de impostos parcelados	(685)	(752)
Outros juros e multas	(216)	(481)
IOF	(25)	(44)
Outras Despesas Financeiras	(20)	-
Total	(2.260)	(4.394)

3.23 Eventos subsequentes

Em 24 de Janeiro de 2019, através da Lei nº 12.503/2019, foi revogada a Lei nº 5.624, de 18 de setembro de 1985, que estabelece a isenção do pagamento de tarifas do Transporte Coletivo do Município de Porto Alegre para as pessoas de mais de 60 (sessenta) anos, e dá outras providências, fixando disposição transitória para os atuais beneficiários da referida isenção. Tal alteração gera uma estimativa de incremento da Receita de Transporte de Passageiros da Companhia, para o ano de 2019, no montante de R\$ 1.000.

Em 22 de Fevereiro de 2019, através do Decreto nº 20.205/2019, foi estabelecido o reajuste da tarifa de transporte público de Porto Alegre de R\$ 4,30 para R\$ 4,70, com efetividade a partir de 13 de março de 2019. O incremento da Receita de Transporte de Passageiros da Companhia estimado para o ano de 2019 em função desse reajuste é de R\$ 12.600.

Em 28 de Fevereiro de 2019 a Companhia publicou edital para aquisição de 87 ônibus, com orçamento previsto de R\$ 40.000, sendo que o pregão eletrônico está previsto para o dia 5 de Abril de 2019.

Em 2018 a LOA – Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 6 de dezembro, estabeleceu um total de R\$ 14.500 para destinação de aportes à Companhia. Já em 2019 o valor de R\$ 2.000 foi recebidos em 25 de Janeiro, R\$ 2.600 foi recebido em 18 de Fevereiro e R\$ 1.000 foi recebido em 15 de Março, totalizando R\$ 5.600 de aportes para o 1º Trimestre de 2019, período em que as Receitas de Transporte de Passageiros possuem queda relevante em função do calendário escolar e do período de férias dos trabalhadores em geral. O restante da verba orçamentária da LOA será utilizada para o investimento inicial no processo de aquisição de ônibus novos previsto para o exercício de 2019.

3.24 Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2018 foram registrados em Ajuste de Exercícios Anteriores um valor total de R\$ 10.823 sendo que:

- (i) A Companhia registrou ajuste de exercício anterior a crédito do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 1.017 efetuado em contrapartida da conta Credores – Atividades de Transporte, originado a partir de créditos recuperados no recálculo dos reajustes do preço de combustíveis no período de 2016 a 2017 e abatidos dos valores a pagar registrados nesse grupo.



- (ii) Também foi registrado um débito no montante de R\$ 3.904 efetuado em contrapartida da conta Depósitos Judiciais, para o qual não é possível determinar os efeitos específicos de cada exercício anterior. Esse ajuste refere-se a depósitos judiciais realizados em anos anteriores não confirmados na conciliação entre os dados da companhia e das instituições financeiras, indicando que sejam relativos a processos judiciais já encerrados. Além disso foi ajustado o valor de R\$ 800 referente a correção monetária dos valores registrados nessa rubrica em função de prática adotada pela Companhia até 2017.
- (iii) A Companhia registrou um débito referente a ajuste de exercício anterior no montante de R\$ 7.936, referente a Mudança de Estimativa Contábil, descrita nas notas explicativas 3.9 e 3.9.1, em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

O quadro a seguir demonstra os impactos desses ajustes nas contas do Balanço Patrimonial e a representação dos saldos de 31 de dezembro de 2017..

ATIVO	31/12/2017 Publicado	Ajustes realizados	31/12/2017 Reapresentado	PASSIVO	31/12/2017 Publicado	Ajustes realizados	31/12/2017 Reapresentado
Circulante	15.078	-	15.078	Circulante	64.232	(1.017)	63.215
Disponibilidades	10.306	-	10.306	Fornecedores	6.104	-	6.104
Caixas e equivalentes de caixa	10.306	-	10.306	Empréstimos e financiamentos	13.418	-	13.418
Direitos Realizáveis	4.772	-	4.772	(-) Encargos financeiros a apropriar	(1.426)	-	(1.426)
Devedores - atividades de transporte	117	-	117	Obrigações sociais e trabalhistas	4.256	-	4.256
Ônibus mantido para venda	-	-	-	Obrigações tributárias	180	-	180
Adiantamentos	382	-	382	Antecipação receita de transporte	11.583	-	11.583
Tributos a recuperar	820	-	820	Credores - atividades de transporte	20.274	(1.017)	19.257
Estoques	3.453	-	3.453	Provisões trabalhistas	9.843	-	9.843
Não Circulante	85.754	(11.840)	73.914				
Realizável a Longo Prazo	7.031	(3.904)	3.127	Não Circulante	43.074	-	43.074
Partes relacionadas - PMPA	884	-	884	Empréstimos e financiamentos	15.962	-	15.962
(-) Provisão para liquidação duvidosa	(578)	-	(578)	(-) Encargos financeiros a apropriar	(1.682)	-	(1.682)
Depósitos judiciais	6.438	(3.904)	2.534	Contribuições sociais parceladas	7.398	-	7.398
Valores a recuperar	287	-	287	Credores - atividades de transporte	575	-	575
Bens mantidos para venda	377	-	377	Tributos a homologar	237	-	237
Veículos de passageiros	377	-	377	Tributos diferidos	3.074	-	3.074
Investimentos	2	-	2	Provisões judiciais	17.510	-	17.510
Outros investimentos	2	-	2				
Imobilizado	78.320	(7.936)	70.384	Patrimônio Líquido	(6.474)	(10.823)	(17.297)
Imóveis de uso próprio	13.689	-	13.689	Capital social	264.719	-	264.719
Bens móveis	8.140	-	8.140	Reserva de reavaliação patrimonial	5.968	-	5.968
Veículos de passageiros	49.427	(3.451)	45.976	Prejuízos acumulados	(277.161)	(10.823)	(287.984)
Outras imobilizações	7.064	(4.485)	2.579				
Intangível	24	-	24				
Outros intangíveis	24	-	24				
TOTAL DO ATIVO	100.832	(11.840)	88.992	TOTAL DO PASSIVO	100.832	(11.840)	88.992

Helen Machado
Diretora Presidente
CPF 709.435.750-87

Cesar Griguc
Diretor Adm.Financeiro
CPF 737.644.690-72

Edison Luis Marques
Diretor Técnico
CPF 427.002.130-68

Denise Regina de Souza
Contadora
CPF 446.244.680-15
CRC/RS - 060602/O-9